

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.788 - PR (2016/0287185-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : MARINA DE PAULA TRINDADE
ADVOGADOS : GUILHERME REGIO PEGORARO - PR034897
JOÃO PAULO AKAISHI FILHO - PR034857
CARLA LECINK BERNARDI E OUTRO(S) - PR047668
EMBARGADO : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO
BRASIL PREVI
ADVOGADOS : JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985
PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN - PR037007
ANA CAROLINA DOS REIS WOSCH E OUTRO(S) - PR060280

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls 1.142/1.144) opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao recurso especial interposto pela embargante (e-STJ fls. 1.135/1.140).

A parte embargante aponta obscuridade na decisão embargada, ante a necessidade de esclarecimentos quanto ao desprovimento ou não conhecimento do seu especial.

Não foi apresentada impugnação (e-STJ fl. 1.148).

É o relatório.

Decido.

Segundo o art. 932, IV, do CPC/2015, "incumbe ao relator negar provimento a recurso que for contrário à súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal".

Tal entendimento foi consolidado na Súmula n. 568 desta Corte:

O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Desse modo, ao indeferir às pretensões da embargante, com base na aplicação da Súmula n. 83/STJ, esta relatoria negou provimento ao recurso especial, à luz do art. 932, IV, do CPC/2015, c/c a Súmula n. 568/STJ (e-STJ fls. 1.136/1.140).

Dessarte, inexistente a obscuridade indicada pela parte.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator